



Ciências Humanas:

Caráter polissêmico e
projeção interdisciplinar

2

Fabiano Eloy Atilio Batista
(Organizador)


Atena
Editora
Ano 2021



Ciências Humanas:

Caráter polissêmico e
projeção interdisciplinar

2

Fabiano Eloy Atilio Batista
(Organizador)


Atena
Editora
Ano 2021

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremona

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências humanas: caráter polissêmico e projeção interdisciplinar 2

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Bruno Oliveira
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Fabiano Eloy Atílio Batista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C569 Ciências humanas: caráter polissêmico e projeção interdisciplinar 2 / Organizador Fabiano Eloy Atílio Batista. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-631-4

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.314212211>

1. Ciências humanas. I. Batista, Fabiano Eloy Atílio (Organizador). II. Título.

CDD 101

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, desta forma não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

Estimados leitores e leitoras;

Na contemporaneidade, diversos são os desafios que se impõem às discussões na área das Ciências Humanas. Pensando nisso, é com enorme satisfação que apresentamos a vocês a coletânea **“Ciências humanas: Caráter polissêmico e projeção interdisciplinar 2”**.

A coletânea, reúne ao longo de nove capítulos textos nacionais e internacionais que buscam, a partir de uma abordagem crítica e interdisciplinar, trazer discussões que permite a nós, leitores e leitoras, compreender, analisar e problematizar diversos aspectos sociais e culturais na contemporaneidade, de forma clara e reflexiva.

Assim, essa coletânea, sobretudo no atual contexto - marcado por uma série de desmontes na área da Educação e das Ciências Humanas, se configura como um mecanismo capaz de construir debates e ponderações, em diálogo com diferentes áreas do conhecimento, possibilitando reflexões, a partir de uma abordagem crítica, para se (re) pensar o(s) lugar(es) e a importância das Ciências Humanas no Brasil e no mundo.

Para tanto, as discussões apresentadas ao longo dos capítulos trazem apontamentos sobre a importância das Ciências Humanas para a formação social de profissionais das mais diversas áreas, desempenhando um papel para uma crescente atuação no mundo, orientando questões sobre Políticas Públicas; análises no âmbito educacional; enfrentamento à violências, dentre outros temas relevantes para construção de uma sociedade igualitária.

Espera-se que essa coletânea de textos possa se mostrar como uma possibilidade discursiva para novas pesquisas e novos olhares sobre os objetos das Ciências Humanas, contribuindo, por finalidade, para uma ampliação do conhecimento em diversos níveis.

A todos e todas, esperamos que gostem e que tenham uma agradável leitura!


Fabiano Eloy Atilio Batista

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

A VOZ FEMININA NO JORNALISMO PAULISTA DO SÉCULO XIX: EM BUSCA DE UMA IDENTIDADE SOCIAL

Maria Lúcia da Cunha Victório de Oliveira Andrade


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3142122111>

CAPÍTULO 2..... 17

DO BRANCO AO “BLANCO”: A APREENSÃO CORPORAL DAS LINGUAGENS POÉTICAS

Olga Valeska Soares Coelho


Siane Paula de Araújo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3142122112>

CAPÍTULO 3..... 27

ÍNDIOS NA FRONTEIRA ENTRE BOLÍVIA E BRASIL NA BACIA AMAZÔNICA E NA DO RIO PARAGUAI (1845- 1880)

Ernesto Cerveira de Sena


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3142122113>

CAPÍTULO 4..... 41

A ANÁLISE DE ERROS COMO METODOLOGIA DE ENSINO NAS AULAS DE MATEMÁTICA

José Roberto Costa


Giliane Souza de Matos dos Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3142122114>

CAPÍTULO 5..... 50

O MERCADO DE COSMÉTICOS NO BRASIL FRENTE A CRISE

Gleica Maria de Lima dos Santos Araujo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3142122115>


CAPÍTULO 6..... 55

O ENFRENTAMENTO DA EVASÃO E RETENÇÃO: A CONSTRUÇÃO DO PLANO DE AÇÕES DE PERMANÊNCIA E ÊXITO NO CAMPUS AVANÇADO FORMOSO DO ARAGUAIA DO IFTO

Marlon Santos de Oliveira Brito

Nubia Pereira Brito Oliveira


Mylena Pereira de Brito



 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3142122116>

CAPÍTULO 7..... 62

EL EFECTO NOCEBO Y LOS DIAGNÓSTICOS PSIQUIÁTRICOS

Enric Garcia Torrents

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3142122117>

CAPÍTULO 8	68
SÍNDROME DE DOWN: IMPACTO NA FAMÍLIA, INCLUSÃO ESCOLA E SOCIEDADE Eliane Tramontin Silveira Moleta	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.3142122118	
CAPÍTULO 9	79
SOLUCIÓN DE PROBLEMAS SOCIALES EN ADOLESCENTES: RELACIÓN CON LAS CREENCIAS DE AUTOEFICACIA Y AFRONTAMIENTO Marisol Morales Rodríguez	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.3142122119	
SOBRE O ORGANIZADOR	91
ÍNDICE REMISSIVO	92

CAPÍTULO 3

ÍNDIOS NA FRONTEIRA ENTRE BOLÍVIA E BRASIL NA BACIA AMAZÔNICA E NA DO RIO PARAGUAI (1845- 1880)

Data de aceite: 01/11/2021

Ernesto Cerveira de Sena

UFMT

Este texto, com acréscimos e modificações, faz parte do artigo de Sena (2013).

RESUMO: Este capítulo trata de variados grupos indígenas que viviam na fronteira entre a Bolívia e o Brasil, entre a bacia platina e amazônica, principalmente no período de formação dos Estados nacionais. Enquanto os novos países, a república da Bolívia e o Império do Brasil procuravam estabelecer os limites de seus territórios, os grupos indígenas também exerciam a sua própria ocupação territorial, estabelecendo relações variadas, procurando manter suas comunidades frente ao avanço dos não-indígenas.

PALAVRAS- CHAVE: Bolívia; Brasil, Fronteira, indígenas.

INDIANS ON THE BORDER BETWEEN BOLIVIA AND BRAZIL IN THE AMAZONIAN AND PARAGUAY RIVER BASINS (1845- 1880)

ABSTRACT: This chapter deals with various indigenous groups that lived on the border between Bolivia and Brazil, between the platinum and Amazon basin, mainly during the period of formation of national states. While the new countries, the Republic of Bolivia and the Empire

of Brazil sought to establish the limits of their territories, indigenous groups also exercised their own territorial occupation, establishing varied relationships, seeking to maintain their communities against the advance of non-indigenous people.

KEYWORDS: Bolivia; Brazil, Border zone, indigenous

Quando a Bolívia e o Império do Brasil tornaram-se países independentes de suas metrópoles, respectivamente em 1825 e 1822-23, eles possuíam uma ampla área de fronteira, caracterizada por ser também territorialidade de diversos grupos indígenas. Era características dos novos países que surgiam no século XIX, sobretudo na América Ibérica, procurarem delimitar seus territórios com limites oficiais, haja vista que o “solo nacional” passava a ser um dos grandes símbolos das nacionalidades que surgiam, ainda que não compartilhado imaginariamente por todos os seus habitantes, como indígenas variados, escravizados, líderes políticos regionais, entre outros.

No caso de Bolívia e Brasil, tendo em vista que, mais cedo ou mais tarde, os limites de seus territórios nacionais seriam ajustados por suas autoridades centrais, governantes de províncias das margens nacionais procuravam desenvolver estratégias, seja para limitar o tráfico de pessoas, regular e promover ocupações, ou “atrair” indígenas; por outro lado,

os grupos indígenas também procuravam melhores condições para seus grupos, ou apenas buscavam manter determinadas situações, como suas terras, o fornecimento contínuo de bens que apreciavam ou determinado regime de trabalho. Ou em outros termos, enquanto governantes procuravam delimitar suas territorialidades nacionais, grupos indígenas também concebiam e exerciam suas próprias territorialidades, procurando manter-se como comunidade ao mesmo tempo em que se formavam os Estados nacionais. Este texto, portanto, trata de alguns aspectos de determinados grupos indígenas que viviam entre o rio Paraguai e a bacia amazônica, na zona fronteira entre a Bolívia e o Brasil, sobretudo no século XIX.

Significativo nessa região de fronteira eram os povos chiquitanos, que até hoje vivem entre o que é o Brasil e Bolívia, mas são conhecidos sobretudo pelas missões jesuíticas, dos séculos XVII e XVIII, das quais participaram, no que era então o Império Ibérico. Desde o início da conquista e colonização espanhola os grupos chiquitanos foram tenazes obstáculos para o povoamento ou mesmo passagem de ibéricos pela sua região, que ficava, grosso modo, entre os rios Paraguai e Jauru, a oeste, e aos rios e campos na direção do pé da Cordilheira dos Andes, e entre o início do Chaco, ao sul, e alcançando a Amazônia meridional, ao norte, sem que, contudo, não fosse os únicos indígenas dessa região¹. Os núcleos espanhóis que se estabeleceram aí, foram ligadas à audiência de Charcas, responsável também pelas minas andinas no vice-reinado do Peru.

A defesa do território por parte de vários povos indígenas fez, por exemplo, que Santa Cruz de la Sierra mudasse de lugar três vezes, estabelecendo-se finalmente à beira do rio Pirai, no início do século XVII. Santa Cruz foi sendo por um muitas décadas um dos poucos núcleos habitacionais espanhóis nas terras baixas da audiência de Charcas (RECIO, 1988, p. 16).

A partir do final do século XVI, os jesuítas ganharam a permissão da coroa espanhola para missionar os indígenas da região que se chamava Chiquitos, mesmo nome dado aos grupos que lá habitavam. Para os indígenas, essas missões serviriam para deter o avanço dos espanhóis que os escravizavam, para fornecer bens que lhes interessavam, como produtos de metal, e para ajudarem a incorporar outros grupos aos seus núcleos e promoverem guerras contra indígenas rivais². Para a Coroa hispânica, além de “alargar” a “cristandade”, serviriam para impedir o avanço de mamelucos e portugueses em direção às minas dos Andes ou outras a descobrir, como pensavam existir nessa região pouco conhecida pelos espanhóis.

Ao norte de Chiquitos, já em grande parte na Amazônia, de maneira semelhante a anterior, foram fundadas as missões de Moxos ou Mojos, também reunindo vários grupos indígenas. Segundo Maldí (1997), apenas em 1723 os portugueses tomaram conhecimento de suas existências, nas imediações do rio Beni, quando uma expedição subiu o rio

1 Ver Fernandes (1895).

2 Ver Martínez (2018).

Mamoré. A partir de então, os lusos passaram a centrar suas ações na ocupação do oeste, com uma política aguerrida, com o propósito de retirar e limitar territorialmente os “índios espanhóis” (MALDI, 1997, p. 197). A criação da capitania de Cuiabá e Mato Grosso (1748) teve justamente o objetivo de se projetar nas terras que eram banhadas pelos rios que corriam para a Amazônia e o Paraguai. Dessa maneira, imaginavam forças rivais imensas e aplicaram esforços enormes para a construção de fortes, como o gigantesco Real Forte Príncipe da Beira (MALDI, 1997, p. 197-198), construído em apenas seis anos no Guaporé. Foi formada, portanto, uma nova zona de contato, que procurava instituir uma nova fronteira, baseada nas ações do Estado português, mas que por lá, no século XIX, por exemplo, quase nenhum viajante passava (FONSECA, 1986, p. 63).

O acordo com um povo ou grupo indígena, no tempo colonial, não seria necessariamente para reduzi-lo em missões. Ele poderia viver em seu território. Na visão dos portugueses, o grupo indígena que tivesse participado do batizado e feito trato de aliança, teria estabelecido sua vassalagem ao rei de Portugal, “caracterizada por unir todos esses povos” fiéis ao monarca (MALDI, 1997, p. 202), podendo, portanto, viver em seu próprio solo. Um grande papel, tanto desses índios como dos que iam para a fronteira, era atrair os “índios espanhóis” para a esfera de influência portuguesa ou de seus índios “confederados”. Principalmente a partir da política pombalina, de criação de diretórios, na década de 1750, povoados inteiros foram fundados, compostos quase apenas por ameríndios, como foi Vila Maria (hoje Cáceres), na beira do rio Paraguai, formada praticamente pelos que haviam abandonado os “domínios de Castela” (VOLPATO, 1987, p. 71). Ao mesmo tempo, era estimulado o casamento entre não indígenas e os que povoavam a região, numa tentativa de fixação de pessoas para assegurar determinado território³. Dessa maneira, se com as missões de Chiquitos e Mojos os espanhóis procuravam barrar a entrada de portugueses e mamelucos, os lusos, por sua vez, com as alianças e a fundação de povoados e fortes, pensavam em não retroceder frente ao avanço já estabelecido a oeste, desde o início da ocupação/colonização, na área que veio a ser Mato Grosso.

Provavelmente a expulsão dos jesuítas dos reinos espanhóis, em 1767, tenha tido muito mais efeito na região fronteiriça do que sua expulsão anterior do império português, em 1759. As administrações realizadas por curas ou laicos que substituíram a ordem inaciana passaram a cobrar mais trabalho dos indígenas, a ofertar menos produtos, além de praticamente suprimir seu tempo para as próprias roças e, inclusive, para o sagrado. A tudo isso, foram somados os maus-tratos, o que provocou, além de rebeliões nas ex-missões de Chiquitos e Mojos, a migração para outras áreas, consideradas pelos portugueses como seus domínios (Os lusos não incentivavam somente a migração dos povos indígenas aldeados, mas também a rebelião nas localidades espanholas (CARVALHO, 2012, p. 5-14; BASTOS, 1974). Como explica Vangelista (2011, p. 45) sobre a percepção dos índios

3 Na fronteira sul, por exemplo, Garcia (2007) mostra as disputas por povos indígenas pelas Coroas ibéricas e como esses grupos também estabeleceram estratégias e condições frente aos interesses das monarquias europeias.

aldeados ou missionados, “à obediência a regras dos invasores de seus territórios deviam ser compensados pela abundância de bens não produzidos pelos índios”. O desaparego de alguns aspectos da vida do grupo, como morar em reduções ou prestar serviços, deveria ser satisfatoriamente recompensado, pois a troca era fundamental em boa parte, pelo menos nas relações interétnicas. Quando isso acaba, portanto, não há mais como manter a redução. Foram necessários novos reordenamentos, para que não fossem fatalmente despovoadas as ex-missões de Mojos e Chiquitos (BASTOS, 1974, p. 45-63), que procuravam continuar a fazer o papel de contramuro em relação aos domínios portugueses e, depois, às pretensões territoriais do Império do Brasil.

Uma das consequências do fim das missões foram as migrações de indígenas para o “lado português”. Os tumultos das guerras de independência na América hispânica chegaram na região de fronteira, embora não contundente como em outras áreas, mas o suficiente para incentivarem os indígenas chiquitanos e moxenhos a procurarem melhores ofertas ou condições na América portuguesa, o que continuou após as independências de Bolívia e Brasil. De fato, tanto um lado quanto outro na época dos impérios ibéricos quanto da formação dos Estados nacionais procuravam manter indígenas em suas áreas de fronteiras, como mão de obra de colonos. Era, pelo menos, uma forma de povoar e “hispanizar” ou “aportuguesar”, ainda que não a contendo para autoridades coloniais e nacionais, espaços que amiúde eram vistas como “vazias”.

Como faz notar Pilar García Jordán (2001, p. 268), existia um discurso frequente sobre espaços “vazios”, representando a “invisibilidade” dos povos que moravam nessas regiões, notadamente os que não tinham se sedentarizado e estabelecido contatos frequentes e amigáveis com as localidades de não índios. Portanto, eram considerados espaços vazios os que possuísem índios tidos como “nômades” (pois suas concepções de território eram bastante diferentes) e, como consequência, também “bárbaros”. De acordo com García Jordán (2009), foi no período do governo Ballivián (1841-1847) que houve maior atenção ao oriente boliviano, com estímulo à colonização. Inclusive, quem conquistasse os índios “incivilizados”, poderia se estabelecer em suas terras. No entanto, isso pouco adiantou para a efetiva colonização de lugares como o departamento de Santa Cruz. Somente na década de 1870, foi lançado um programa de colonização missional, como ponta de lança para a ocupação de terras nas “fronteiras internas” (JORDÁN, 2009, p. 35-48), sendo dada pouca atenção às fronteiras litigiosas nas terras baixas do leste, como a zona de fronteira com o Império do Brasil. Na verdade, o maior foco da Bolívia continuava sendo os países andinos, pois, na década de 1830, chegou a formar uma federação com o Peru, além de estar em conflito com o Chile desde então (KLEIN, 2010, p. 179-189). De toda forma, houve alguns estímulos para que particulares, notadamente utilizando mão de obra de grupos indígenas locais, procurassem se fixar no oriente boliviano, como veremos mais adiante.

O Império do Brasil, por sua vez, utilizou-se de aldeamentos como maneira de “ganhar” ou “assegurar” território, inclusive na zona de fronteira. Na segunda metade do

século XIX, os grupos indígenas passaram a ter determinado papel nas formulações do governo central, com aplicação nas províncias, tanto para a colonização de determinadas áreas fronteiriças, como para serem “guardiões da fronteira”, termo utilizado por Maldí (1997, p. 207), em relação ao período colonial, significando que determinados grupos indígenas deveriam assumir funções militares de defesa e ataque, em acordos com ibéricos ou mamelucos. Tal situação – a colonização de áreas “vazias” e a maior intenção de uso militar dos grupos indígenas – pode ser apreendida do fato de que, até 1845, não existia, em geral, nenhuma diretriz específica da Corte para os que fossem considerados índios (CUNHA, 1992), mesmo com a suspensão da “guerra justa” em 1831. Cabia às variadas regiões, estabelecerem suas ações relacionadas aos povos indígenas. Isso não significava que, desde a “extinção e abolição” dos Diretórios, em 1798, fosse produzido um “vácuo” legislativo em relação a esses grupos, mas, sim, que as localidades aplicaram políticas próprias, sendo que as reformas de 1834 consolidaram as atuações descentralizadas e diversificadas referentes aos indígenas e suas terras (SAMPAIO, 2009).

A partir de 1845, foi elaborada e difundida uma política pelo governo central de “missões”, cuja intenção era incentivar e regulamentar os aldeamentos e a catequese dos indígenas, sendo um de seus objetivos a assimilação dos aldeados que antes estariam “errantes”. Com clara inspiração nos diretórios do século XVIII, haveria um diretor-geral na província e em cada aldeamento outro diretor, que podia ser clérigo ou leigo. Esperava-se que, reunindo os índios nesses aldeamentos, com o tempo passariam a ser “civilizados”, pois supostamente aprenderiam ofícios, frequentariam escolas e, assim, adquiririam comportamentos sociais considerados adequados. No limite, o aldeamento não precisaria mais existir, transformando o lugar em um povoado ou vila de pessoas “civilizadas”. No entanto, à medida que fossem sedentarizados em um lugar específico, suas amplas terras passariam para colonos diversos ou para o Estado (CUNHA, 1992, p. 133-139).

Almeida (2012, p. 159) nos mostra que eram extremamente diversificadas as maneiras como os povos indígenas respondiam aos apelos de aldeamento, sendo bem mais complexas do que a simples relação dominador/dominado. Tal como vimos no período colonial, a possibilidade de um novo aldeamento lograr êxito, no século XIX, dependeria do atrativo para os povos indígenas mudarem parte de sua maneira de viver. De toda forma, é importante notar que não deve ter sido à toa que promoveram aldeamentos em Mato Grosso, quando em toda província havia centenas de etnias, justamente entre os grupos ameríndios que habitavam a zona de fronteira, logo nos limites ainda indefinidos do Império do Brasil com a Bolívia e o Paraguai.

Na Bolívia, por outro lado, somente houve um regulamento para as missões na década de 1870, como já foi destacado. No entanto, na década 1840, franciscanos já tinham apoio do governo para aldearem “índios bravios”, inclusive na zona de fronteira (JORDÁN, 2009, p. 44). Também nas últimas décadas do século XIX, intensificaram-se as apropriações de terras indígenas no oriente boliviano, para criação de gado e plantações,

forçando muitos chiquitano a se mudarem para o Brasil (LEMA GARRET, 2009, p. 119).

De toda forma, podemos dizer que, na região fronteiriça, grupos indígenas também forneceram respostas variadas às tentativas de sedentarização e de transformação, no limite, em defensores e colonos da fronteira, o que, para os governos nacionais, poderia assegurar a posse de dada área, em um acordo internacional sobre limites, entre representantes dos Estados nacionais⁴. Dessa maneira, as respostas dos guaraios⁵ também não seguiram um padrão de relações, nem foram reduzidos da maneira como as autoridades governamentais pretendiam. Provavelmente, eram de origem guarani, habitavam regiões amazônicas, em áreas próximas ao rio Guaporé, transitando entre o que seria projetado ou imaginado como território da Bolívia e do Império do Brasil, ainda sem definirem limites institucionais. No final de 1852, um cidadão chamado Antônio Gomes da Silva estava encarregado de aldeá-los, a “50 léguas” da ex-capital, cidade de Mato Grosso, também conhecida por Vila Bela. Logo Gomes da Silva conseguiu que quatro casais, saídos do Pau-Cerne, do “lado boliviano”, se mudassem para o “lado brasileiro”, em uma área reservada para aldeamento. E afirmava confiante que outros 40 casais estariam dispostos a se mudar também. Somente não tinham ido ainda devido ao excesso de despesas necessárias para isso⁶. Ou seja, haveria que presenteá-los com instrumentos que aumentassem sua força produtiva, como machados e enxadas, pelo menos. Mas, nesse momento, as principais despesas estavam sendo com outros grupos indígenas já considerados aldeados no rio Paraguai.

O aldeamento dos guaraios passou a se chamar Santa Inês. Logo foram mais 14 casais e oito crianças, além dos que já estavam com o diretor da aldeia. Os que chegavam pediam de imediato o “batizado”, conforme palavras dos dirigentes. Mas ainda restavam muitos, pois calculavam que em Pau-Cerne existiriam aproximadamente 1.240 guaraios⁷. Pensavam que, com essa população, poderiam revitalizar a cidade de Mato Grosso, “onde tudo definha, e onde só a Mão de Deus pode fazer benefícios”⁸, esperançava-se o diretor-geral dos índios. Certamente, uma das coisas que atraíam muitos povos era a possibilidade de utilizar produtos feitos de metais resistentes. Dessa maneira, eram encomendados, por exemplo, em 1855, 12 machados, 16 foices e 24 enxadas, “para serem distribuídos pelos índios guaraios”, dizia o diretor-geral. Não sabemos se os índios se integraram à população da cidade de Mato Grosso. Mas o diretor da aldeia reclamava frequentemente da falta de recursos para continuar atraindo os índios da Bolívia para o Brasil. A redução também serviria para transformar índios em extrativistas da seringa, que começava a ser explorada. Porém, acabou desaparecendo tal aldeamento comandado por um diretor não índio

4 Sobre a necessidade de perceber, nas pesquisas, os índios não somente como grupos passivos, ou mesmo a dicotomia entre os que foram derrotados e os que resistiram frente às investidas dos “brancos”, consultar Almeida (2008) e Boccara (2005).

5 Roca argumenta que os guaraios da Bolívia não seriam os mesmos de Mato Grosso. A se conferir em futuras pesquisa.

6 APMT. Diretoria Geral dos Índios (DGI). Henrique José Vieira para Augusto Leverger. 16 de dezembro de 1853. p. 26.

7 Idem. p. 42.

8 Idem.

(FONSECA, 1986, p. 157). De toda forma, pelo menos parte dos guaraios continuou vivendo nas matas do Guaporé, ocupando os dois lados pretendidos por bolivianos e brasileiros, sem serem seduzidos por nenhuma das novas nacionalidades, ao mesmo tempo, tendo que se deparar com os cabixis, grupo que também procurava dominar ou manter domínio de parte daquela região⁹.

Durante o império espanhol e depois, já no período republicano, García Jordán (2009) mostra que grupos guaraios já vinham sendo tenuemente aldeados. Era interesse da Coroa de Castela, desde o fim do século XVIII, procurar aldeá-los, mas não obteve grande sucesso, porque os guaraios se mostravam completamente refratários às formas de redução. Na década de 1820, quando alguns indígenas se sentiram ameaçados pela chegada de colonos brancos e mestiços nas terras baixas da antiga audiência de Charcas, eles mesmos fizeram uma petição às autoridades cruzeiras para serem aldeados, pois viam nisso uma possibilidade de manterem a segurança de parte do grupo. Os franciscanos teriam a incumbência de administrá-los. Alguns aldeamentos desapareceram, outros surgiram, mas houve alguns que puderam ser considerados “exitosos” pelos missionários, principalmente depois da década de 1880 (JORDÁN, 2009, p. 69-91).

No entanto, ao que tudo indica, esses aldeamentos não visavam à fronteira internacional da Bolívia, servindo, no máximo, para que os aldeados não fossem atraídos por representantes do Brasil, como vimos no caso dos propósitos da aldeia de Santa Inês, ao passo que, no Império, os novos aldeamentos em Mato Grosso foram estrategicamente localizados na zona fronteira.

Dois dos aldeamentos com maior população foram instalados na beira do rio Paraguai, no sul da província: o de Albuquerque, com predominância dos guanás, e o de Nossa Senhora do Bom Conselho, com predominância dos quinquinós. Ambos reuniam várias etnias, inclusive alguns guaicura, conhecidos por serem guerreiros indômitos¹⁰. É interessante notar que, antes, a posse de cavalos e o seu comércio continuavam entre esses indígenas, que “vagueiam em ambas as margens do Paraguai”¹¹, ao passo que outros preferiram fazer parte das reduções. De toda forma, observa-se que as reduções não eram prisões. Muitos praticavam comércio ao longo dos rios. Outros povos se estabeleciam perto dessas reduções, sem necessariamente serem parte delas. As duas reduções mencionadas ficavam perto de fortes, podendo abastecer esses lugares com o que produziam. No entanto, quando explodiu a guerra contra o Paraguai, foram completamente destruídas. Não por acaso, formou-se um grupamento especial de índios guaicura para guerrear contra as tropas guaranis, além de outros povos, como os terenas, que foram incorporados à

9 Esse grupo por vezes atacava, matando e saqueando arraiais perto de Vila Bela, o que fazia o governo enviar expedições para detê-los (APMT. D.G.I). Henrique José Vieira para Augusto Leverger. Cuiabá, 16 de dezembro de 1853). Por outro lado, em vez de procurar exterminá-los, as diretrizes para se tratar com os grupos indígenas tinham mudado. Assim, procuravam atrair, sem sucesso, esse grupo para o incipiente aldeamento dos guaraios (APMT. DGI). Henrique José Vieira para Antônio Gomes da Silva. Cuiabá, 5 de agosto de 1854).

10 APMT. DGI. Henrique José Vieira para Augusto Leverger. Cuiabá, 16 de dezembro de 1853.

11 APMT. Diretoria Geral dos Índios [documento sem data, danificado, início da documentação do Diretório, em 1848].

Guarda Nacional. A participação no conflito contra o Paraguai não seria necessariamente uma adesão dessas etnias à “nação brasileira”, mas talvez tenha ocorrido pelo costume de guerra, no caso do histórico de guaicuru contra os assuncenhos e guaranis, ou como uma forma de retaliação à hostilidade recente dos paraguaios no território em que viviam. Assim, se os grupos indígenas na fronteira participavam da política internacional desses países platinos em formação, mais uma vez demonstravam que tinham atitudes próprias durante a formação dos Estados nacionais, mesmo na condição de aldeados¹².

Um outro grupo indígena que habitava desde as regiões de fronteira com a Bolívia até perto de Goiás e São Paulo eram os genericamente chamados de bororo. Eram classificados em três subgrupos: os “da campanha”, os “cabaçal” e os “coroado”. Se poderiam ser considerados índios “mansos” na época da colônia, por se aliarem aos portugueses na guerra contra os caiapós (MANO, 2010, p. 332), no período imperial, o último subgrupo seria representado como o maior terror que poderia existir. Na tentativa de abertura de uma estrada ligando Cuiabá a São Paulo, com a consequente colonização de áreas em que os bororos viviam, esses indígenas reagiram fortemente, estabelecendo um conflito extremamente sangrento por aproximadamente 50 anos, até que foram, nos dizeres da época, “pacificados” e aldeados. Podemos levar em conta a proposta de Evangelista (2011, p. 41-48), de que a aceitação de participar de um aldeamento, mudando parte de seu modo de vida, seria compensada por outro benefício. No caso, a proposta de “pacificação” e a consequente participação de aldeamentos poderiam ter sido, naquele momento, vantajosas, haja vista o tempo e o desgaste do conflito. Seja como for, outros subgrupos de bororo, antes da metade do século XIX, já tinham sido aldeados por fazendeiros da região de Vila Maria (Cáceres), ou seja, na área de fronteira.

Tudo indica, contudo, que os bororos possuíam ainda grupos que viviam na região fronteira sem ser reduzidos, como vários outros índios. Normalmente considerados índios do Brasil (GRASSO, 1985, p. 438), eles também eram temidos pelos chiquitanos, na Bolívia. Por vezes, entravam nas vilas ou roças chiquitanas, para levar o que pudessem e matar a quem a eles se opusessem. Dessa maneira, um habitante essencial para a política de fronteira, Sebastián Ramos, chefe da colônia de San Matías, orgulhava-se de ter sido ele o pacificador dos bororo, que, segundo ele, tinham praticado tantos roubos e assassinatos, mas agora se prestavam a auxiliar em diversos serviços públicos. Ramos dizia poder contar praticamente apenas com os bororos para que sua colônia ficasse tranquila, pois era um lugar para onde se enviavam condenados pela justiça boliviana. Para ele, o melhor serviço que esses indígenas faziam era capturar fugitivos da colônia. De toda forma, quando estabeleceu relações com eles, fez notar que quase todos falavam e respondiam em espanhol e em português, o que mostra como esses grupos tinham diversas formas de contato com os chamados “civilizados”.

¹² Sobre a participação desses grupos na guerra do Paraguai e consequências nos territórios indígenas, ver Oliveira e Pereira (2007).

Em um livro sobre a história de San Matías, sem fazer referência a documentos, Peinado Cuéllar e Rivero Yavarí (2007, p. 30) argumentam que a cidade foi formada por imigrantes descendentes de europeus e por pessoas vindas principalmente das ex-missões da Chiquitanía, mas os índios “Bororó no incurrieron en casi nada en la historia del pueblo, en su formación, en su organización, crecimiento demográfico etc.”. Viraram trabalhadores em uma fazenda e seus descendentes moravam em uma pequena comunidade chamada San Joaquin. Ou seja, para os autores, os bororos eram um grupo impermeável e monolítico, praticamente desconsiderando as possibilidades de miscigenação e transformação. Era como se fossem contagiosos, haja vista o horror que os moradores dessa parte da fronteira tinham de brasileiros, não somente devido ao constante temor de que as autoridades do Brasil reconsiderassem outra a posição de seus limites, mas também devido às pessoas que assaltavam esse lugar, conhecidos por “los fumacianos” (CUÉLLAR; YAVARÍ, 2007, p. 98), pois viviam em uma área chamada “Fumaça”, que acabaram dando nome a um lugar, na zona fronteira, de “Bandidos da Fumaça”.

Certamente, mesmo com as tentativas de colonização, aldeamentos, concessão de terrenos, muito da região de fronteira era desconhecida ou insatisfatoriamente conhecida, assim como parte de sua população. Depois do tratado de 1867, que causou tantas controvérsias, foi realizada uma expedição para colocar os marcos nos principais pontos que delimitariam a fronteira, separando, enfim, essa região em duas jurisdições, pelo menos nominalmente. O comandante da expedição era um militar, Severiano da Fonseca, que havia estudado a região antes da viagem, inclusive as línguas indígenas. O interesse era tanto topográfico, como relacionado aos povos silvícolas do lugar. A descrição que foi feita sobre a jornada, que durou de 1875 a 1878, mostra não somente o desconhecimento prévio de partes geográficas da zona fronteira por parte dos “civilizados” – com mapas bastante inexatos ou obscuros, considerando-se o que a cartografia do século XIX requeria –, mas também quão intrigante foi ele ter se deparado com um povo do qual nunca se havia tido notícia. Seus integrantes tinham tido contato havia pouco, cerca de quatro anos, com uma pequena guarnição militar. Severiano da Fonseca observou que eles falavam uma língua diferente das usadas geralmente no vale do Guaporé, “entremeando vocábulos portugueses e espanhóis” (FONSECA, 1988, p.190). Mas achava que parecia com o “dialeto galibi”, que era praticado na região entre as Guianas e o Brasil. Também tinha elementos do tupi e caraíba, ou seja, percebia-se, pelas classificações linguísticas, que era muito misturada. Eles não sabiam dizer “a sua procedência ou origem”, o que poderia ajudar na tarefa de classificação, trabalho geralmente empregado pelos colonizadores, mais ainda de governantes ou autoridades de fronteira. De seu contato com alguns deles, conseguiu entender que haviam vivido no Baures, onde de fato existira missão, e depois se dispersaram por várias regiões. Fonseca, intrigado com esses índios, colheu a seguinte informação de um canoeiro que já estava se acostumando a tratar com eles: tinham sido levados pelos espanhóis, cujo principal tinha o nome de Ignácio, que escolhera para mulher

uma das ameríndias. De toda forma, entre esses índios havia alguns “verdadeiramente brancos, de cabelos avermelhados ou castanhos” (FONSECA, 1988, p. 191). A pessoa mais respeitada era uma índia branca, de olhos azuis. Era tratada por “senhora” por todos da tribo, único nome dado a ela. Esse grupo tinha sido encontrado havia poucos anos, e passaram a chamá-lo de palmela, devido ao lugar. Existiam uns 400 indivíduos, registrou o expedicionário (FONSECA, 1986, p. 190-206).

Quando a expedição partiu, tinha sido embarcado no bote um pequeno índio palmela. Em dado momento, já tendo percorrido certa distância rio abaixo, chegaram ao forte Príncipe. O canoeiro principal, dono da embarcação, que podemos chamar de “ribeirinho”, saiu com o menino para o povoado de São Joaquim, para encontrar algumas pessoas, e voltou sem o palmela. Era ainda o tráfico de escravos índios que permanecia nesses lugares, lamentava-se Severiano da Fonseca (1986, p. 235), seguindo seus pesares de acordo com o pensamento da monarquia após 1845. Depois, a expedição percorreu “enormes ermos”, sem encontrar ninguém por muitos quilômetros, com seu barco cujos remadores eram “índios bolivianos”, todos recrutados anteriormente, juntos, em um mesmo lugar, sendo um caiobá, outro baure e outros itomanas, que, por algum dinheiro, se dispuseram a percorrer grandes distâncias. O militar notou em sua pesquisa linguística que a fala deles continha palavras características de regiões desde o alto Amazonas até o quéchua andino, passando pelo guarani, além de espanhol. Ou seja, a diversidade linguístico-cultural na zona de fronteira era enorme, como também era grande a extensão de lugares efetivamente não conhecidos e não dominados pelos “brancos” no século XIX, assim como as distâncias entre eles.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tratar da região de fronteira como um lugar que fornece respostas e perguntas certamente não significa que estaria desconectada das partes centrais de seus países. No entanto, ao ser destacado um lugar ao qual pretendiam confluir, não somente instituições nacionais e seus representantes, mas também pessoas que não se imaginavam nessas novas “comunidades nacionais” ligadas às formas de Estado, é possível ver como a região de fronteira foi um lugar propício para reformulações e hibridações. Assim, existiam e atuaram na fronteira desde grupos que, por vezes, usufruíam de benefícios momentâneos de um aldeamento, para depois seguirem outros rumos, como os chamados de guaraios, no Guaporé; ou de outra maneira, parte dos bororo, que tiveram destino diferente em San Matías, ao não serem reduzidos, como foram em Mato Grosso, depois de intensa luta; ou os palmela, que causavam estranheza, assumindo forma de comunidade e identificação até então desconhecida; além de outros que deveriam existir e estar se reformulando.

Se os espaços por vezes poderiam ser considerados “vazios”, mal puderam ser preenchidos com os aldeamentos, fundações de vilas e colonizações de algumas terras,

da maneira que dirigentes do século XIX desejavam. Extensões vastas e escassamente conhecidas pelas autoridades nacionais não os impediam de recorrer à magia dos mapas, para traçar o que não tinha sido efetivamente tangido e de que, mesmo assim, tomavam posse juridicamente, mas que, na verdade, era um lugar vivido por uma grande variedade de pessoas, que brigavam, se dispersavam e mesmo se misturavam, sem se pensar como nacionais dos novos países: “bolivianos” e “brasileiros”. Seria muito difícil imaginar o canoeiro e o pequeno palmela, referidos por Fonseca na década de 1870, identificando-se com esses atributos; o ribeirinho, dono do bote, muito provavelmente não se identificaria; o garoto palmela, traficador no vale guaporeano, a probabilidade negativa seria maior ainda, para não dizer nula.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Índios e mestiços no Rio de Janeiro: significados plurais e cambiantes (séculos XVIII-XIX). In: *Memória Americana*, n. 16, p. 19-40, 2008.

_____. História e Antropologia. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2012, p.151-168.

BAUD, Michael. Ideologías de raza y nación en América Latina, siglos XIX y XX. In: MARTINS, Estevão de Rezende (Dir.); BRIGNOLI, Héctor Pérez. (Coord.). *Teoría y metodología en la Historia de América Latina*. Paris: Unesco/Trotta, 2006, p. 175- 194.

BASTOS, Uacury Ribeiro de Assis. *Expansão territorial do Brasil colônia no vale do Paraguai (1767-1801)*. São Paulo: FFLCH/ USP, 1979.

BOCCARA, Guillaume. Mundos nuevos en las fronteras del Nuevo Mundo. In: *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [On-line], Debates, posto on-line no dia 8 fev. 2005.

CALÓGERAS, J. Pandiá. *A política exterior do Império*. Brasília: Senado Federal, 1998. Edição fac-similar.

CARVALHO, Francismar Alex Lopes de. Cruzando fronteiras e negociando lealdades: índios missionários entre os domínios ibéricos de Mojos, Chiquitos e Mato Grosso (c. 1767-1800). In: *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [En línea], p. 1-26, 2012.

CERVO, Amado L.; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. Brasília: UnB/IBRI, 2011.

CHIARAMONTE, José Carlos. *Fundamentos intelectuales y políticos de las independencias: notas para una nueva historia intelectual de Iberoamérica*. Buenos Aires: Teseo, 2010.

COSTA, José Eduardo Fernandes Moreira da. A formação do território chiquitano. In: SILVA, Joana Fernandes (Org.). *Estudos sobre os chiquitanos no Brasil e na Bolívia*. Goiânia: UCG, 2008. p. 167-219.

CUÉLLAR, René Peinado; YAVARÍ, Willy Freddy Rivero. *San Matías, la esperanza de la libertad*. Santa Cruz de la Sierra: Fundación Nova/Gráfica Sirena, 2007.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Política indigenista no século XIX. In: _____. *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 133-154.

FERREIRA, Andrey Cordeiro. Conquista colonial, resistência indígena e formação do Estado-Nacional: os índios guaicuru e guana no Mato Grosso dos séculos XVIII-XIX. In: *Revista de Antropologia*, v.52, n.1, p. 97-133, 2009.

FERNANDEZ, Juan Patricio. *Relacion historial de Las Misiones de Indios Chiquitos*. Madri: V. Suarez [1726] 1895.

FONSECA, João Severiano da. *Viagem ao redor do Brasil [1875-1878]* [Tipografia de Pinheiro & C., 1881]. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1986. Vol. 1 e 2.

FOUCHER, Michel. *L'invention des frontières*. Paris: F.E.D.N., 1986.

_____. *Obsessão por fronteiras*. São Paulo: Radical Livros, 2009.

GARCIA, Elisa Frühauf. *As diversas formas de ser índios: políticas indígenas e políticas indigenista nos extremo sul da América portuguesa*. Niterói, 2007. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2007.

GARRET, Ana María Lema. *El sentido del silencio – La mano de obra chiquitana en el Oriente boliviano a principios del siglo XX*. Santa Cruz de la Sierra: UPIEB/ El País, 2009. Colección Ciencias Sociales.

GRASSO, Dick E. Ibarra. *Pueblos indígenas de Bolivia*. La Paz: Librería Editorial G.U.M., 1985.

GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e independencias*. Madrid: Encuentro, 2009.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O extremo oeste*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

ISECKSON, Vitor. A Guerra do Paraguai. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. *O Brasil imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. Vol. II. (1831-1870). p. 385-425.

JORDÁN, Pilar García. *Cruz y arado, fusiles y discursos: la construcción de los Orientes en el Perú y Bolivia 1820-1940*. Lima: IFEA/IEP, 2001.

_____. *Unas fotografías para dar a conocer al mundo la civilización de la república guaraya*. Madrid: CSIC, 2009.

KLEIN, Herbert S. O fim da sociedade colonial e a criação de uma nação independente (séculos XVIII e XIX). In: PAMPLONA, Marco A.; MÄDER, Maria Elisa (Org.). *Revoluções de independências e nacionalismos nas Américas: Peru e Bolívia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010. p. 129-191.

KOK, Glória. Fronteiras índias nos “desertos, ainda indecizos, pella linha imaginária”. Século XVIII. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [En línea], p. 1-12, 2011. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/62012>>. Acesso em: 02/03/2013.

LEVERGER, Augusto. *Relatório de Presidente de Província*. Cuiabá: Tipographia Provincial, 1863.

- MALDI, Denise. De confederados a bárbaros: a representação da territorialidade e da fronteira indígenas nos séculos XVIII e XIX. In: *Revista de Antropologia*, São Paulo, v.40, n.2, p. 183-221, 1997.
- MANO, Marcel. Metáforas históricas e realidades etnográficas. A construção de uma história do contato kayapó no Triângulo Mineiro. In: *Cadernos de Pesquisa do CDHIS*, Uberlândia, v.23, n.2, jul./dez. 2010.
- MARTÍNEZ, Cecilia. *Una etnohistoria de Chiquitos: más allá del horizonte jesuítico*. Cochabamba: Instituto de Misionología; Itinerarios, 2018.
- MOREIRA, Vânia Maria Louzada. De índio a guarda nacional: cidadania e direitos indígenas no Império (Vila de Itaguaí, 1822-1836). In: *Topoi*, v.11, n.21, p. 127-142, jul.-dez. 2010.
- OLIVEIRA, J. Eremitas de; PEREIRA, L. M. “Duas no pé e uma na bunda”: da participação terena na guerra entre o Paraguai e a Tríplice Aliança à luta pela ampliação de limites da terra indígena buriti. In: *Revista Eletrônica História em Reflexão*, Dourados, v. 1, n. 2, p. 1-20, jul./dez. 2007.
- PAMPLONA, Marco A.; DOYLE, Don H (Org.). *Nação e nacionalismo no novo mundo: a formação de Estados-nação no século XIX*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2009.
- PEÑA, Paula Hasbún et al. *La permanente construcción de lo cruceño: un estudio sobre la identidad de Santa Cruz de la Sierra*. Santa Cruz: Universidad Autónoma Gabriel René Moreno, 2011.
- QUIJADA, Mónica. El paradigma de la homogeneidad. In: _____; BERANAND, Carmen; SHNEIDER, Arnd. *Homogeneidad y Nación – Con un estudio de caso: Argentina siglos XIX y XX*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2000. p. 15-55.
- RADDING, Cynthia. *Paisajes de poder e identidad*. Fronteras imperiales en el desierto de Sonora y bosques de la Amazonía. Sucre: FCBCB – Archivo y Biblioteca Nacionales de Bolivia, 2005.
- RECIO, José María García. *Análisis de una sociedad de frontera*. Santa Cruz de la Sierra en los siglos XVI y XVII. Sevilla: Gráficas del Sur/Diputación Provincial de Sevilla/Archivo Histórico Nacional de Bolivia, 1988.
- ROCA, José Luis. *Ni con Lima ni con Buenos Aires: la formación de un Estado nacional en Charcas*. La Paz: IFEA/ Plural editores, 2007.
- SAMPAIO, Patrícia Melo. Política indigenista no Brasil Imperial. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. *O Brasil imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. Vol. I. (1808-1831). p.175-206.
- SANTOS, Luís Cláudio Villafañe Gomes. *O Império e as repúblicas do pacífico*. As relações do Brasil com Chile, Bolívia, Peru, Equador e Colômbia (1822-1889). Curitiba: UFPR, 2002.
- SECKINGER, Ron L. La cuestión de chiquitos: una breve crisis en las relaciones boliviano-brasileñas. In: *Revista de la Universidad Gabriel René Moreno*, n.39-40, p. 7-31, 1985.
- SENA, Ernesto Cerveira de . Representantes de governo, povos indígenas e outros atores na zona fronteira de Bolívia e Brasil 1825-1879. *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, v. 15, p. 5-36, 2013.

SILVA, Joana Fernandes. Identidades e conflitos na fronteira: poderes locais e os Chiquitanos. In: *Memoria Americana*, v. 16, n. 2, p.119-148, 2008.

VANGELISTA, Chiara. Los indios como recurso económico. El caso de Mato Grosso (Brasil), siglos XIX-XX. In: JORDÁN, Pilar García (Ed.). *El Estado en América Latina*. Recursos e imaginarios, siglos XIX-XXI. Barcelona: Publicacions i Edicions de la Universitat de Barcelona; TEIAA, 2011. p. 41-58.

VOLPATO, Luiza. *A conquista da terra no universo da pobreza: formação da fronteira oeste do Brasil – 1719-1819*. São Paulo: Hucitec, 1987.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Aprendizado 42, 72, 74, 75

B

Bacia Amazônica 27, 28

Brasil 4, 5, 6, 15, 16, 18, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 40, 50, 51, 53, 54, 58, 61, 70, 74, 75, 76

C

Comunidade 10, 12, 28, 35, 36, 55, 58

Corpo 11, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 26, 91

Corporal 17, 18, 20, 21, 25

Cultura 9, 10, 11, 15, 18, 63, 65, 67, 91

D

Direitos das mulheres 6

Diversidade 36, 74

E

Educação 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 11, 13, 17, 41, 42, 44, 47, 49, 55, 56, 57, 58, 61, 74, 75, 76, 77, 91

Ensino 17, 18, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 56, 69, 70, 74, 76, 91

Escola 48, 60, 61, 68, 70, 74, 75, 76

Experiência 19, 25, 45, 55, 56, 70, 75

F

Família 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 68, 69, 70, 72, 73, 75, 76, 77, 91

G

Gênero 2, 14, 91

Governo 7, 30, 31, 33, 39

H

História 1, 2, 3, 4, 15, 16, 35, 37, 38, 39, 42, 50

I

Identidades 11, 40

Identidade social 1

Inclusão 21, 68, 69, 70, 73, 74, 75, 76, 78

Indígena 29, 34, 38, 39

Infância 76

J

Jornalismo 1, 7

Justiça 34

M

Matemática 41, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 49

Memória 37

Metodologia 41, 42, 43, 45, 47, 49, 57, 80

Metodologias 41, 42, 43, 56

Mulher 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 35

Mulheres 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 53, 71

P

Política 4, 6, 10, 29, 31, 34, 37, 38, 39, 51, 60

Povo 10, 29, 35

R

Rio Paraguai 27

S

Saberes 42, 46, 47, 77

Síndrome de Down 68, 69, 70, 71, 72, 73, 77, 78

Sociedade 1, 2, 3, 5, 7, 8, 10, 11, 12, 13, 14, 38, 58, 68, 69, 70, 73, 74, 76, 91

V

Violência 24



Ciências Humanas:

Caráter polissêmico e
projeção interdisciplinar

2

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2021



Ciências Humanas:

Caráter polissêmico e
projeção interdisciplinar

2

 www.arenaeditora.com.br
 contato@arenaeditora.com.br
 [@arenaeditora](https://www.instagram.com/arenaeditora)
 www.facebook.com/arenaeditora.com.br


Ano 2021